

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1810)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Daniel Silva de Souza

**A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA A
PARTIR DO FORTALECIMENTO DAS IDEIAS LIBERAIS
ENTRE OS PAÍSES**

Resende

2019

Daniel Silva de Souza

**A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA A
PARTIR DO FORTALECIMENTO DAS IDEIAS LIBERAIS
ENTRE OS PAÍSES**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação e
das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requ
Bacharel em Ciências Militares.

Orientador: Tc Carlos **Eduardo** Luz Gabriel

Resende

2019

Daniel Silva de Souza

**A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA A
PARTIR DO FORTALECIMENTO DAS IDEIAS LIBERAIS
ENTRE OS PAÍSES**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares.**

Aprovado em _____ de _____ de 2019.

Banca examinadora:

Tc Carlos Eduardo Luz Gabriel
(Presidente/Orientador)

Resende
2019

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que permitiu com que eu seguisse esta carreira, possibilitando-me a realização deste sonho, que é tornar-me oficial do Exército Brasileiro e contribuir para o desenvolvimento da minha nação. Dedico também à minha mãe por ter todas as formas possíveis com que tem contribuído para a manutenção da motivação diante dos diversos obstáculos que foram vencidos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado a oportunidade de ingressar na AMAN e também forças as quais me possibilitaram suportar o desconforto de diversas situações difíceis e, dessa forma, possibilitar a realização deste sonho que é me tornar oficial do Exército Brasileiro.

Agradeço também aos membros da minha família, principalmente à minha mãe e meus tios, por estarem sempre ao meu lado, sendo meu apoio em todos os momentos. Vocês, com certeza, são os principais responsáveis por hoje eu me sentir o homem mais feliz e convicto de ter tomado a melhor decisão para minha vida.

Agradeço também ao meu orientador, por dedicar muitas de suas horas para me ajudar a desenvolver este trabalho, abrindo mão de horas que poderiam ser utilizadas no convívio familiar com o intuito de me auxiliar a realizar este trabalho e assim permitir alcançar mais esta vitória na minha formação. Sem dúvida, afirmo que sem este auxílio não teria sido possível nada disso.

RESUMO

A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA A PARTIR DO FORTALECIMENTO DAS IDEIAS LIBERAIS ENTRE OS PAÍSES

AUTOR: Daniel Silva de Souza
ORIENTADOR: Tc Carlos **Eduardo** Luz Gabriel

Este estudo diz respeito à evolução das relações entre Brasil e Argentina a partir do fortalecimento das ideias liberais entre os países. Foi realizada uma análise histórica da relação entre Brasil e Argentina, desde a Guerra do Paraguai até os dias atuais, sendo observado que atualmente as relações entre ambos é amistosa. A pesquisa realizada comprovou que o Brasil é um país que não possui conflito com seus vizinhos, bem como é o mais forte em questão de armamentos e tropas. Devido a estes fatores, é pouco provável que tanto a Argentina quanto qualquer outro país, agora ou no futuro, busquem algum tipo de conflito armado contra o Brasil.

Palavras-chave: Brasil. Argentina. Relações. Conflitos. Ideias liberais.

ABSTRACT

**THE EVOLUTION OF BRAZIL-ARGENTINA RELATIONSHIPS
FROM THE STRENGTHENING OF LIBERAL IDEAS
BETWEEN COUNTRIES**

AUTHOR: Daniel Silva de Souza

ORIENTADOR: Tc Carlos Eduardo Luz Gabriel

This study concerns the evolution of relations between Brazil and Argentina from the strengthening of liberal ideas among countries. A historical analysis of the relationship between Brazil and Argentina, from the Paraguayan War to the present day, has been made, and relations between the two are currently friendly. The research carried out proved that Brazil is a country that has no conflict with its neighbors, as well as being the strongest in arms and troops. Due to these factors, it is unlikely that both Argentina and any other country, now or in the future, will seek some kind of armed conflict against Brazil.

Keywords: Brazil. Argentina. Relations. Conflicts. Liberal ideas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS.....	10
1.1.1 Objetivo geral.....	10
1.1.2 Objetivos específicos.....	10
Verificar a legislação vigente para analisar o contexto.	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 TEORIA REALISTA E TEORIA LIBERAL	11
2.2 ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE BRASIL E ARGENTINA	12
2.3 ARGENTINA E BRASIL: CONTRADIÇÕES INTERNAS.....	17
2.4 TAREFAS A SEREM EXECUTADAS	19
2.5 UNASUL ALÉM DO BRASIL: POSIÇÃO DA ARGENTINA EM APOIO AO CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO	20
2.6 CONSEQUÊNCIAS DE UM CONFLITO ARMADO ENTRE BRASIL E ARGENTINA	28
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	30
3.1 TIPOS DE PESQUISA.....	30
3.2 MÉTODOS.....	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema “A evolução das relações entre Brasil e Argentina a partir do fortalecimento das ideias liberais entre os países”, tendo em vista as tensões existentes entre Brasil e Argentina desde os processos de independência sendo que as relações entre os dois países oscilaram de acordo com o momento histórico.

De acordo com Candéas (2005), inicialmente pode-se dividir as relações entre Brasil e Argentina em 5 grandes períodos históricos (em determinados momentos relações realistas e em outros relações liberais).

O primeiro grande período vai de 1810 até 1898, período que é marcado pela instabilidade estrutural com predominância da rivalidade até por que após a independência da Argentina houve conflitos justamente por questões territoriais. Já o segundo momento que se estende até 1961 há uma instabilidade conjuntural, porém há uma busca da cooperação sem deixar de lado algumas rivalidades entre os países. O terceiro período vai até 1979, sendo que este é caracterizado pela instabilidade conjuntural e um predomínio da rivalidade (CANDEAS, 2005).

Somente a partir do quarto período, que se inicia no ano de 1979, as relações entre Brasil e Argentina evoluem a caminho de uma cooperação, pois a partir desse momento estabelece-se um diálogo a respeito dos pontos de confrontação que foram: a construção da usina de Itaipu e a questão nuclear. A quinta e última fase, que se inicia no ano de 1988, diz respeito aos esforços de ambos os países em prol da integração (CANDEAS, 2005).

No atual cenário geopolítico no qual há o predomínio da incerteza com ataques terroristas acontecendo em várias partes do mundo, há divergências entre vários Estados, migrações, antigas alianças de poderosos blocos sendo enfraquecidas (como a questão da saída da Inglaterra da União Europeia), enfim uma infinidade de eventos que podem mudar radicalmente as relações entre os Estados.

Justifica-se este tema devido a relevância do mesmo para o Brasil, tendo em vista a história das relações existentes entre os países é possível inferir que deve-se ter um olhar atento as evoluções dessas relações e suas possíveis implicações para o Brasil.

Então cabe problematizar a questão: houve uma evolução nas relações entre Brasil e Argentina desde a adoção de ideias liberais entre os países?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar as relações entre Brasil e Argentina à luz das teorias realista e liberalista, a partir do momento histórico que envolve o fortalecimento das ideias liberais entre Brasil e Argentina.

1.1.2 Objetivos específicos

- Realizar um resumo do contexto histórico da relação entre Brasil e Argentina;
- Verificar as consequências de um conflito armado entre Brasil e Argentina;
- Analisar os possíveis ganhos ou perdas na adoção de uma postura realista;
- Verificar a legislação vigente para analisar o contexto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA REALISTA E TEORIA LIBERAL

De acordo com Nogueira e Messari (2005), as relações entre Brasil e Argentina desde seus processos de independência no início eram baseadas fortemente no Realismo. A Teoria Realista defende que os Estados convivem sem a presença de um poder soberano, o qual teria autoridade e reconhecimento de toda a Sociedade Internacional.

Deste fenômeno se origina a busca pelo poder por parte do Estado que a todo tempo em nome de sua própria sobrevivência como Estado ou mesmo ampliação de sua influência sobre outros Estados considerados menos poderosos. A mesma teoria também afirma que todos os Estados estão inseridos nessa realidade a qual também é conhecida como Dilema da Segurança (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Uma das premissas que norteiam o realismo é o realismo de poder no qual está contido o conceito de Equilíbrio de Poder ou Balança de poder. Esse conceito diz que, um ator pode decidir se está a favor do poder ou se está contra o poder, no que diz respeito às alianças pois o país pode se juntar a uma grande potência para usufruir de benefícios ou pode se sentir ameaçado com a relação de poder de alguma potência e se juntar uma outra potência concorrente ou com Estados menos poderosos numa tentativa de equilibrar o poder (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

A Teoria Realista contém premissas comuns ao seu pensamento uma dessas premissas é a Anarquia Internacional. Os realistas acreditam que não há uma autoridade suprema, indiscutível e legítima a qual tenha poder coercitivo sobre a Sociedade Internacional. E como consequência desse fenômeno há: a desconfiança mútua e permanente entre os Estados, a sobrevivência como o objetivo que norteia as políticas e ações do Estado, e o fato de uma nação está segura acarreta falta de segurança a outras nações (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

A respeito das consequências da Anarquia Internacional um conceito se mostra bastante útil que é o conceito de Sobrevivência do Estado, que diz que o grande interesse nacional é a permanência do Estado como Ator Internacional, ou seja, a sua existência em si, então, a principal função do governante é manter a existência do país e ao se fazer isto automaticamente o bem dos indivíduos será mantido e que as escolhas morais dos governantes são diferentes das escolhas morais dos indivíduos (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Em oposição a Teoria Realista existe a Teoria Liberal a qual defende que as relações comerciais entre os indivíduos gera um crescimento do bem estar geral, pois os indivíduos

possuem o desejo de prosperar e que ao observar os danos que um conflito armado causam às partes envolvidas aqueles que viam num conflito a possibilidade de resolver seus problemas enxergam a guerra não mais como uma solução e sim como uma possibilidade de agravar um problema (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Dessa forma, os liberais acreditam que a mão invisível do mercado seria capaz de, através da regulação do próprio mercado, atuar prevendo guerra entre Estados pois os indivíduos envolvidos na questão perceberiam que esta não é a melhor solução tendo em vista a maior quantidade de prejuízos que de ganhos. Sendo a guerra lícita apenas quando o Estado é agredido ou sua existência como Estado é ameaçada. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Do conceito de liberalismo advém a chamada Interdependência Complexa que é a valorização dos temas não-estatais os quais em alguns casos assumiram relevância maior que os próprios temas estatais nos campos tecnológicos, econômicos, etc. Sendo que essa valorização leva os Estados a exercer certo tipo de poder ou influência sobre as decisões de outros Estados, levando-se em conta que uma decisão em um determinado país acarretará consequências bilaterais, caracterizando assim a interdependência entre os envolvidos (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Os liberais acreditavam que o livre comércio é um instrumento promovedor da paz e da hospitalidade e que a expansão das relações comerciais em algum momento substituiria a guerra. Pregavam esta ideia afirmando que a guerra desfavorecia em muito as atividades comerciais e que aqueles que defendiam a guerra eram justamente os grupos privilegiados que se beneficiavam desses conflitos e também afirmavam que o livre comércio fortalecia os laços de amizade entre as nações, pois o contato entre culturas diferentes através de interesses comuns faria nascer um respeito entre as nações e à medida que as relações comerciais ficassem mais fortes e houvesse uma certa interdependência diminuiriam as chances de uma guerra e a opinião pública ao observar os benefícios do comércio apoiaria a paz como política externa. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

2.2 ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Segundo Schmidt (2000), é frequentemente argumentado que a rivalidade entre o Brasil e a Argentina foi superada. Ou seja, os dois países superaram com sucesso suas diferenças e transformaram seu relacionamento em um paradigma de uma parceria estratégica. Embora Brasil-Argentina forneça um exemplo surpreendente de transformar um oponente antigo em um

aliado estratégico, o fato é que os dois países vivem uma relação de amor e ódio. Isso fica evidente ao analisar sua relação bilateral militar, política, econômica e social.

No campo da segurança, os dois países alcançaram uma cooperação inigualável nos últimos anos. A grande falta de confiança entre eles, que levou a duas guerras durante o início do século XIX, foi superada com sucesso após o fim do regime de Juan Perón. Neste momento favorável, os dois países iniciaram uma série de projetos de cooperação com o objetivo de apoiar-se mutuamente na modernização de seus exércitos e apoiar o desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins pacíficos. O teste decisivo foi a guerra das Malvinas, quando o apoio moderado do Brasil à Argentina ajudou a fomentar a confiança mútua (SCHMIDT, 2018).

Politicamente, no entanto, a rivalidade ainda está para ser superada. Embora os dois países tenham alcançado um terreno comum em várias questões da agenda internacional, como a necessidade de uma solução diplomática para a atual crise na Venezuela, eles ainda lutam pela hegemonia política na América do Sul. Essa busca pela supremacia pode ser exemplificada pela persistente objeção da Argentina à busca brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (SCHMIDT, 2018).

Quanto ao comércio internacional, suas relações prosperaram nos últimos anos. O encolhimento das tarifas e as complementaridades econômicas lideradas pelo Mercosul aprofundaram os fluxos de comércio bilateral. Hoje, o Brasil é o maior parceiro econômico da Argentina, enquanto a Argentina é o quarto maior do Brasil. Apesar disso, a rivalidade permanece em algumas áreas centrais, especialmente devido às políticas protecionistas da presidente Kirchner, que recentemente obstruíram o fluxo de refrigeradores e carros brasileiros para a Argentina (SCHMIDT, 2018).

Segundo Saraiva (2012), “a República Federativa do Brasil busca formar uma comunidade latino-americana de nações através da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina”. Assim, declara o parágrafo inicial do Artigo IV dos Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira de 1988. À primeira vista, a impressão de que esta disposição representa um foco da política externa brasileira, juntamente com questões como autonomia, direitos humanos, autodeterminação e outras no mesmo artigo.

A realidade, no entanto, é bem diferente, com o texto citado refletindo um momento de mudança a classe política brasileira estava reafirmando sua disposição para estabelecer novas relações com seus vizinhos, especialmente a Argentina (SARAIVA, 2012).

Esse reposicionamento do estado brasileiro em relação à América Latina indicou uma disposição de finalmente superar a rivalidade histórica do Brasil com a Argentina e fortalecer o processo de integração entre os dois países. No entanto, devido à imagem duradoura na

consciência pública da competição binacional, imagem constantemente citada como explicação para as tensões e crises do Mercosul, não havia vontade política suficiente para superar o fardo da história entre as duas nações (SARAIVA, 2012).

De acordo com Santiago (2015), o núcleo desse problema está na forma como o estado brasileiro foi formado, um processo caracterizado há mais de um século por um confronto latente com a Argentina sobre a dominância regional e ambições internacionais.

Ressalta-se como um sentimento de rivalidade estava presente nos momentos em que certos governos brasileiros manifestaram a intenção de estabelecer algum tipo de reaproximação com a Argentina. Esses esforços levaram a períodos de relativa cordialidade entre os dois países, mas não produziu resultados concretos capazes de estabelecer novos parâmetros para as relações no Cone Sul (SANTIAGO, 2015).

De acordo com Saraiva (2012), essa primeira fase foi marcada por disputas sobre o delineamento das fronteiras nacionais durante a primeira metade do século XIX, especialmente devido ao apoio do Brasil à Independência uruguaia e paraguaia da Argentina. Durante este período surgiu a crença argentina nas intenções imperialistas brasileiras na região e uma consequente disputa latente pelo domínio regional.

No Brasil, entretanto, surgiu o medo do estabelecimento de uma aliança entre a Argentina e outros países da região. Durante a Guerra do Paraguai, essa rivalidade foi posta de lado em nome do interesse comum, dando início a um período de cordialidade entre os dois países, embora os alinhamentos internacionais permanecessem muito diferentes. Enquanto o Brasil se aproximava dos Estados Unidos para estabelecer uma aliança estratégica com essa potência emergente, a Argentina permaneceu estreitamente ligada à Inglaterra e, como resultado, cresceu politicamente e economicamente mais forte (SARAIVA, 2012).

As suspeitas permaneceram durante o período da Proclamação da República do Brasil. Saraiva (2012) descreve este período como um período de tensão e rivalidade pronunciadas num cenário baseado numa compreensão mútua da necessidade de manter a paz regional. A autora destaca a influência do papel dos estrangeiros em manter um senso de competição entre as duas nações.

Segundo Santiago (2015), a própria estrutura do Ministério das Relações Exteriores, conforme estabelecido pelo Barão do Rio Branco refletiu essa tensão em relação a dois aspectos da projeção internacional do Brasil: definir limites e identificação de aliados e inimigos. Para a diplomacia brasileira, os EUA se tornaram um aliado estratégico necessário para garantir a liderança regional do Brasil, e assim as relações do Brasil com seus vizinhos foram

impulsionados pela Doutrina Monroe e não pelos princípios bolivarianos adotados por muitos outros países, especialmente a Argentina.

Esta divergência isolou o Brasil de outras nações sul-americanas e aumentou as suspeitas de intenções imperialistas. Com o tempo, surgiu uma rivalidade que ia além da esfera política e entrava nas mentes do povo brasileiro e argentino. Essa rivalidade tocou uma ampla gama de aspectos da vida cotidiana, mas talvez nenhum mais do que o futebol. Em qualquer caso, Saraiva (2012) demonstra efetivamente como essa percepção foi manipulada ou provocada em vários pontos por grupos e setores da sociedade que não tinham interesse em aproximação com a Argentina ou viu essas propostas como prejudiciais aos seus interesses.

Um bom exemplo desse fenômeno, segundo Santiago (2015), foi o governo de Perón e Vargas de 1950, uma iniciativa de reaproximação que recebeu forte oposição do Ministério das Relações Exteriores e a imprensa brasileira, que mobilizou a opinião pública e a classe política contra esse projeto. A superação dessas suspeitas e visões não tem sido simples e exigiu dedicação de longo prazo, e Saraiva (2012) mostra como esse processo foi realizado para mais de meio século no Brasil e na Argentina.

O primeiro movimento claro nessa direção foi o resultado da pressão externa. No final dos anos 50, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) apresentou estudos econômicos indicando que a superação do subdesenvolvimento na América do Sul dependeria necessariamente da superação das rivalidades e da promoção de um processo de integração (SARAIVA, 2012).

A posição da CEPAL estimulou a criação da Área de Livre Comércio da América Latina (LAFTA) em 1960, mas não gerou os resultados esperados porque, na prática, houve uma mudança significativa nas atitudes dos países em relação aos seus vizinhos, especialmente o caso das relações bilaterais entre Brasil e Argentina. A integração que deveria promover a confiança e abrir o caminho para a cooperação, ao contrário, levou ao aumento do pensamento nacionalista permeado pela ideia de desenvolvimento autônomo e desconfiança dos parceiros (SARAIVA, 2012).

Saraiva (2012) revela como essa atitude mudou apenas no final dos anos 80, como resultado de dois Fatores-chave: o movimento dos governos militares dos anos 1970 (especialmente o de Figueiredo) para rever o lugar da América Latina na política externa estratégica do Brasil, e a mudança do Brasil na perspectiva diplomática na década de 1980 que identificou a Argentina como um parceiro estratégico para a inserção do Brasil no novo contexto internacional.

Esta nova atitude do Ministério das Relações Exteriores provocou uma mudança nas relações entre dois vizinhos que também foi facilitado, como Santiago (2015) aponta, pela convergência de política econômica externa e pelo enfoque do Brasil na democratização da política e na reconstrução institucional do estado. Foi nesse momento que o governo brasileiro começou a defender a ideia de integração regional como uma tática viável para promover o desenvolvimento industrial e engajamento internacional desses países.

Segundo Saraiva (2012), o reposicionamento da diplomacia e da estratégia de política externa refletiu-se no sistema político brasileiro como um todo, incluindo a Assembleia Constituinte, que incorporou no texto da nova constituição a questão da integração sul-americana e parcerias cooperativas com os vizinhos para superar a desconfiança. Na área da diplomacia, essa nova posição se materializou na assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Argentina e Brasil, também em 1988, na tentativa de avançar o processo, iniciado pelo Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) em 1986.

Este período de reaproximação e relaxamento das tensões entre as duas nações deu origem a uma nova etapa nas relações entre Brasil e Argentina a partir de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção que estabeleceu o Mercosul. Relativo a PICE, esta foi uma proposta de cooperação que foi mais ampla, na medida em que incorporou Uruguai e Paraguai, e mais fundo, na medida em que criou a possibilidade de um mercado comum na região (SARAIVA, 2012).

Na prática, este mercado comum proposto nunca foi implementado, uma vez que o Ministério das Relações Exteriores considera o Mercosul como um meio para um fim, a inserção internacional do Brasil, e não como um fim em si mesmo. Isso enfraqueceu tanto o processo de integração como esforços para superar rivalidades e tensões. Argentina permaneceu firme em sua desconfiança dos motivos brasileiros de cooperação entre os dois países. Essa desconfiança foi confirmada em 1999, quando o Brasil desvalorizou sua moeda sem avisar a Argentina com antecedência, colocando em crise tanto a economia argentina como todo o processo de integração, que nunca se recuperou desse choque apesar das parcerias adotadas posteriormente (SARAIVA, 2012).

Essa ação brasileira unilateral instantaneamente reavivou as chamas da suspeita. O governo brasileiro procurou suavizar o impacto de sua decisão, tentando melhorar o peso da América do Sul na política externa brasileira, mas isso prejudicou a Argentina, porque tal reposicionamento era prejudicial ao Mercosul (SARAIVA, 2012).

Apesar dessas dificuldades e contradições, a autora aponta progressos significativos na cooperação entre os dois países, apesar da rivalidade em curso, e especialmente para a mudança da visão do governo brasileiro em relação à Argentina como um importante parceiro estratégico da política externa brasileira.

2.3 ARGENTINA E BRASIL: CONTRADIÇÕES INTERNAS

Segundo Bandeira (2004), Argentina e Brasil, contra expectativas razoáveis, desde as primeiras décadas do século XX na Argentina e desde a segunda metade do século passado no Brasil, não foram capazes de entrar no século XXI como sociedades desenvolvidas.

O extraordinário desenvolvimento da Argentina das duas últimas décadas do século XIX e XX sofreu uma longa interrupção durante o século passado. Houve momentos mais recentes de esperanças justificadas com os planos quinquenais de Perón (1946-1955) e com os projetos de desenvolvimento de Frondizi (1958 e 1962). A instabilidade política que resulta do antagonismo peronismo, antiperonista, que se estende ao longo da segunda metade do século passado e chega aos nossos dias, impediu a continuidade de um projeto consistente de desenvolvimento social e econômico. Durante esse período, o país desfrutou de uma boa e ampla educação pública introduzida por Sarmiento, que gerou em solo argentino a população mais educada e civilizada da América Latina. No entanto, a criação de um sistema produtivo correspondente ao seu nível cultural não foi alcançada. Assim, começou um grande desequilíbrio entre uma sociedade argentina sofisticada e uma economia subdesenvolvida. O primeiro faz exigências que o último não poderia satisfazer. O resultado a longo prazo foi um crescente endividamento externo que levou ao recente colapso com De la Rúa e Cavallo (BANDEIRA, 2004).

As grandes metas nacionais da Argentina só serão possíveis nas atuais condições do mundo por meio de sua integração regional, a partir de uma aliança sólida e reciprocamente benéfica com o Brasil. É lamentável que presidente Kirchner se esforce para exibir atitudes hostis em relação ao Mercosul e ao Brasil diante de um público interno limitado (BANDEIRA, 2004).

O Brasil, por sua formação histórica como um grande estado tropical cujas características subsistiam até a década de 1960, e pela extraordinária heterogeneidade sociocultural que atualmente apresenta, apesar do contínuo progresso da modernização, que se observa no país desde a década de 1930 e acelerou durante o segundo governo de Vargas (1951-1954) e durante o governo Kubitschek (1956-1961), não foi capaz de satisfazer, apesar de sua

massa crítica, as expectativas da geração de desenvolvimento de meados do século XX. Desta forma, o Brasil apresenta contrastes extraordinários entre um setor que representa cerca de 30% da população (cerca de 55 milhões) e goza de um nível de vida e educação comparável ao do sul da Europa e um setor extremamente inculto e pobre que representa mais de 40% da população em que um setor de 12% (cerca de 12 milhões) vive em um nível de miséria indígena (BANDEIRA, 2004).

A imensa heterogeneidade sócio-cultural do Brasil, além de ser um importante obstáculo para o desenvolvimento geral do país, impede a formação de maiorias políticas que possam sustentar sustentavelmente projetos de desenvolvimento. As neutralizações políticas que o antagonismo peronismo - antiperonista impõe na Argentina encontram sua contrapartida no Brasil nas contradições decorrentes de sua heterogeneidade sociocultural (BANDEIRA, 2004).

É interessante ver no caso do Brasil, por razões históricas, a alta taxa de integração nacional, superior à de muitos países europeus e superior a quase todos os países da América Latina. Em contraste com a taxa incrivelmente baixa de integração social que permite ao país resistir aos efeitos desintegradores de sua heterogeneidade. No entanto, a superação dessa heterogeneidade apresenta-se como o principal problema do país. E as possibilidades de desenvolvimento do Brasil dependem disso (BANDEIRA, 2004).

Supondo que as medidas necessárias para a redução de tal heterogeneidade foram implementadas, calcula-se que esses esforços levariam pelo menos três gerações, ou seja, cerca de 50 anos. Esse período é significativamente superior ao tempo que o Brasil terá, cerca de 20 anos nas condições atuais do mundo, para alcançar, de forma sustentável e autônoma, um limite de desenvolvimento satisfatório. Esse é o principal motivo pelo qual, apesar da massa crítica que está presente no país, seus grandes objetivos nacionais só serão alcançados se o Brasil atingir um nível adequado de integração. Como no caso da Argentina, esse objetivo depende de condição *sine qua non* sobre a formação de uma aliança estável e confiável com a Argentina. No curto prazo, esse objetivo encontra oposição nas atitudes anti-brasileiras de Kirchner. Os imperativos ditados pela realidade, no entanto, terão que vencer dificuldades de origem simplesmente psicológica (BANDEIRA, 2004).

2.4 TAREFAS A SEREM EXECUTADAS

De acordo com Candeas (2005), existem diferenças significativas entre o subdesenvolvimento argentino e brasileiro. No primeiro país, a solução consiste em elevar o sistema produtivo ao nível sociocultural da sociedade. No Brasil, o problema crucial consiste em corrigir seu perfil social pérfido através da erradicação da ignorância e miséria e da redução da distância que separa as grandes massas das classes médias. No Brasil, fazer um esforço para a conclusão de seu desenvolvimento econômico também é importante.

Em suma, em ambos os países, o principal obstáculo para esse desenvolvimento é político. Na Argentina, o antagonismo peronismo - antipersonismo precisa ser superado de uma vez por todas por meio da formação de uma constelação política moderna onde todas as tendências de centro-esquerda e centro-direita estão representadas. No curto prazo, trata-se também de impedir que as atitudes teatrais do presidente Kirchner, destinadas a agradar um pequeno público interno, afetem mais tarde, mais seriamente, a consolidação do Mercosul e da aliança argentino-brasileira. No Brasil, é necessário alcançar uma composição política equivalente (CANDEAS, 2005).

Para Saraiva (2012), no caso da Argentina, tudo indica que uma nova formação política terá que surgir do complexo político contraditório em que o peronismo se transformou com os ajustes resultantes na esfera do radicalismo. Além das lutas pela liderança como as que Kirchner e Duhalde enfrentaram, a coisa mais importante no complexo peronista é sua posição interna entre tendências neoliberais de centro-direita (Menem) e tendências social-democratas de centro-esquerda (Kirchner e Duhalde). Podemos ver uma polarização semelhante na esfera do radicalismo. Assim, é apresentada a oportunidade para um realinhamento político na Argentina que pode superar o peronismo longo e paralisante - o conflito antipersonismo. O líder peronista que conseguir articular a frente de centro-esquerda incorporando setores relacionados ao radicalismo terá as condições para a realização de um grande projeto nacional.

De acordo com Santiago (2015), no caso do Brasil, como mostraram os escândalos que surgiam todos os dias durante o segundo semestre de 2005 e que afetaram o PT, partidos aliados e o governo Lula, o problema político apresenta duas dimensões, uma de caráter institucional e outra, parcialmente derivado, de caráter operativo. A legislação que regula as eleições e partidos políticos é extremamente deficiente e permite todos os tipos de abusos. A adoção de uma ampla e profunda reforma dessa legislação é urgente. Há consenso entre especialistas sobre o assunto sobre a adoção do regime distrital (simples ou misto), rigorosa fidelidade partidária, a exigência de um mínimo de 5 votos nacionais para a sobrevivência de um partido, um novo regime financeiro para as eleições e medidas que levam à formação de maiorias parlamentares estáveis investidas de um programa único e de liderança a cada mandato.

Uma ampla reformulação do sistema partidário também é necessária. A atual legislação eleitoral provoca a fragmentação parlamentar que força o Presidente da República a fazer as alianças partidárias mais extravagantes. O governo de Fernando Henrique foi forçado a articular uma aliança entre o PSTD, de centro-esquerda, e o PFL da Frente-Liberal, de centro-direita, com repercussões negativas para o programa do governo. O presidente Lula tinha uma opção ainda pior, a de incorporar à base de apoio parlamentar dos partidos do governo sem qualquer significado público como o PTB, o PP e o PN permitindo a prática de inúmeros atos ilícitos que estão sendo demonstrados por várias investigações realizadas em o segundo semestre de 2005. A ampla e profunda reforma do regime eleitoral e partidário acima mencionada é a condição necessária para uma realização satisfatória dos partidos políticos brasileiros (SANTIAGO, 2015).

2.5 UNASUL ALÉM DO BRASIL: POSIÇÃO DA ARGENTINA EM APOIO AO CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO

Segundo Vigevani e Ramanzini Júnior (2014), um dos principais fatores que explicam a razão pela qual a Argentina optou pelo fórum de cooperação está diretamente relacionado ao fato de que, em termos de defesa, cada estado frequentemente faz referência a coisas diferentes. Nesse sentido, dois extremos podem ser destacados: concepções limitadas ou restritas de segurança, ou ampliadas e mais abrangentes. Embora no decorrer das negociações a Argentina tenha favorecido uma concepção restrita de segurança, diferenciando a Defesa Nacional da Segurança Pública, isso não aconteceria em outros casos. Com o objetivo de ilustrar a pluralidade latente da Unasul durante o período em que o grupo de trabalho elaborou o estatuto do CDS, o modelo argentino foi contrastado com uma concepção ampliada, o modelo venezuelano, e com um arquétipo intermediário, proposto pelo Brasil.

Em relação aos temas de defesa, a lei argentina está centrada na garantia da soberania, independência, segurança territorial e autodeterminação, bem como na proteção da vida e da liberdade dos cidadãos (ARGENTINA, 1988). Em relação às dimensões dos riscos e ameaças contra os quais os temas devem ser defendidos, a legislação de defesa torna explícito que os primeiros devem ser externos (ARGENTINA, 1988). Por diferentes razões, a regulamentação desse princípio levaria décadas para ser implementada. Não foi até 2006, através do decreto 727, que a dimensão da política externa exibiu um maior grau de especificidade. Para esse fim, “agressão externa” foi definida como o “uso das forças armadas de um Estado contra a soberania, integridade territorial ou independência política de nosso país, ou de qualquer outra

maneira considerada incompatível com a Carta das Nações Unidas”. . Ficou assim definido que o instrumento de defesa militar, ou seja, as Forças Armadas, deveria ser usado “para neutralizar as agressões externas perpetradas pelas forças armadas de outro (s) outro (s) estado (s) (ARGENTINA, 2006). Assim, uma estratégia clássica de defesa nacional foi formalmente estabelecida, segundo a qual seu instrumento militar deveria agir exclusivamente contra as forças armadas de outros estados.

Nesse contexto, o sistema de defesa nacional seria barrado de todas as atividades relacionadas ao espaço de segurança interna - tanto em termos de doutrina, planejamento e treinamento, quanto de inteligência ou provisão de equipamentos e meios; no entanto, certas exceções foram contempladas. A segurança pública é responsável pelo sistema de segurança interna, o que implica o uso do corpo policial e das forças de segurança. No entanto, eles podem apenas agir além das fronteiras federais nos casos em que “as vidas, a liberdade e o patrimônio dos cidadãos de uma determinada região estão em risco”; no caso de estes estarem “sob séria ameaça”, em nível nacional ou local, “afetando seus direitos constitucionais e garantias, ou a força total das instituições do sistema representativo, republicano e federal”; ou em caso de desastre (ARGENTINA, 1992).

De acordo com Vigevani e Ramanzini Júnior (2014), à luz dessas definições normativas, é de grande importância ilustrar um modelo que, em relação aos sujeitos, dimensões e instrumentos, está situado no extremo oposto da concepção argentina. Estamos nos referindo ao modelo venezuelano. A investigação das diferenças entre os dois marcos normativos nos permite compreender as razões precisas que motivaram o governo argentino a descartar a proposta da Venezuela de uma aliança coletiva de segurança no decorrer das negociações do CDS.

Como no caso da Argentina, consideramos que investigar a definição de “defesa” como concebida pela República Bolivariana seria um ponto de partida apropriado. A Lei Orgânica de Segurança Orgânica 37.594, aprovada em dezembro de 2002, estabelece uma profunda inter-relação entre defesa, desenvolvimento e segurança. Nesse contexto, o ato faz referência à ideia de “autodefesa integral”, definida como um “conjunto de sistemas, métodos, medidas e ações de defesa” que, independentemente de sua natureza ou intensidade, podem ser ativamente formuladas, “Coordenado e executado pelo Estado [...] com a intenção de salvaguardar a independência, a liberdade, a democracia, a soberania, a integridade territorial e o desenvolvimento integral da Nação” (VENEZUELA, 2002). A partir deste último ponto, inferimos que a salvaguarda do desenvolvimento integral da Venezuela é um dos seus principais objetivos.

No que se refere aos temas de defesa, a Constituição da República Bolivariana da Venezuela (1999) não faz referência à defesa nacional, mas concentra-se na segurança da nação, para a qual o Estado e a sociedade civil são co-responsáveis. Nesse contexto, a segurança nacional compreende um amplo espectro de diversos aspectos, como independência, democracia, igualdade, paz, liberdade, justiça, solidariedade, promoção e conservação ambiental, ou a afirmação dos direitos humanos como seus principais temas. Este último está relacionado com a necessidade de uma satisfação progressiva das “necessidades individuais e coletivas dos homens e mulheres da Venezuela, com base no desenvolvimento produtivo e sustentável estendido a toda a comunidade nacional” (VENEZUELA, 1999).

Situada no extremo oposto do modelo argentino, a alternativa venezuelana incorpora a área de defesa contra ameaças internas e externas, entre suas dimensões. De fato, os termos da Lei de Segurança 37.594, relativa aos conceitos integrados de defesa, explicam isso: enquanto, por um lado, inclui questões clássicas que coincidem com a concepção argentina - como salvaguardar a integridade territorial ou liberdade -, por outro Por outro lado, justapõe objetivos como a proteção da democracia ou o desenvolvimento integral (VENEZUELA, 2002). Além disso, o amálgama entre os contextos interno e externo torna-se mais evidente, por exemplo, quando as zonas de segurança são estabelecidas para prevenir ameaças internas e externas; ou nos poderes concedidos às forças armadas.

A Lei Orgânica das Forças Armadas Bolivarianas foi ainda mais específica ao delimitar o papel do instrumento militar: abrange desde a defesa da plena soberania nos espaços continentais, insulares, aéreos e marítimos, até a preparação e organização das pessoas para uma compreensão abrangente. defesa, pela preservação e restauração da ordem interna, pelo exercício de funções policiais ou pelo apoio ao Poder Executivo “na realização de tarefas relacionadas às esferas social, política, cultural, geográfica, ambiental e econômica, bem como em operações de proteção civil em situações de desastre ”(VENEZUELA, 2008). Em suma, é notável como as dimensões que incluem as Forças Armadas são múltiplas e variadas, a ponto de dar uma imagem um tanto onipresente.

Em último lugar, a estratégia brasileira é apresentada como um caso intermediário entre o modelo restrito “estilo argentino” e o “estilo Venezuela” expandido. Sua incorporação a este estudo é justificada por dois motivos essenciais. Primeiro, o papel relevante do Brasil durante o processo de configuração da Unasul e do Conselho de Defesa. Segundo, a importância de entender seus pontos de coincidência e divergência com o arquétipo argentino, que consideramos essencial para a interpretação da postura adotada pelo governo de Cristina Fernández em relação ao fórum de consulta e coordenação política. Vale ressaltar que, como

nos casos analisados anteriormente, embora o modelo brasileiro tenha sido progressivamente reformado ao longo dos anos, este estudo se limita ao ano de 2008, ou seja, no período em que o estatuto do CDS foi negociado (VIGEVANI e RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

Dito isto, e para continuar com as mesmas lógicas que permeiam os esquemas anteriores, é essencial identificar como as regulamentações brasileiras da época definiam segurança e defesa. Nesse sentido, a Constituição de 1988, cujo projeto as Forças Armadas desempenharam um papel de destaque, define “segurança pública” como obrigação do Estado e direito e responsabilidade de todos que é “exercido para garantir a ordem pública e a integridade e patrimônio do povo”. A definição será ainda mais aprimorada, considerando a segurança pública como “um todo, como algo realizado para proteger os cidadãos, antecipando e controlando as manifestações criminosas e violentas, reais ou potenciais, assegurando, assim, o pleno exercício da cidadania no âmbito da lei” (BRASIL, 2017).

No entanto, a constituição não oferecia uma definição única de defesa nacional. Foi a Política de Defesa Nacional (2005) que acabou por produzir uma definição geral desse conceito, relacionando-o com “o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, soberania, e interesses nacionais contra ameaças externas predominantemente potenciais ou manifestadas” (BRASIL, 1999). Pode-se observar ao longo desta seção que, no caso brasileiro, essas definições tendem a se tornar mais complexas e sujeitas a múltiplas contradições.

Quando se trata de determinar os sujeitos da defesa no Brasil, devemos nos basear na última definição, pois é aquela que faz uma referência pontual ao território, à soberania e aos interesses nacionais. Vale ressaltar que o alto nível de abstração e subjetividade a ser encontrado na ideia de “interesses nacionais” deixa a porta aberta para uma ampla gama de tópicos (VIGEVANI e RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

Quanto às dimensões, se compararmos a conceituação de defesa com a de segurança no Brasil, parece não haver grandes diferenças entre as duas definições, além da “predominância” do fator externo na primeira, e a dimensão transversal explícita da segunda. . No entanto, a segurança é um conceito que tem sido gradualmente expandido - para campos políticos, econômicos, sociais ou ambientais -, enquanto a defesa externa continua a ser restrita às forças armadas: a Constituição Nacional estabelece que a missão deste último é “a defesa da o País, para garantir os poderes constitucionais, bem como a lei e a ordem, em seu nome”(BRASIL, 2008).

Finalmente, a Estratégia Nacional de Defesa de 2008 (EDN) contribuiu ainda mais para a confusão, entrelaçando a estratégia de defesa com a estratégia de desenvolvimento nacional.

“O primeiro motiva o segundo. Este último torna-se um escudo para o primeiro; cada um reforça as razões do outro” (BRASIL, 2016). Essa foi a declaração do EDN, elaborada durante o processo de negociação do CDS.

Em outras palavras, enquanto, por um lado, o Brasil avançou para a construção de um esquema de defesa regional limitado, por outro lado, elaborou uma série de hipóteses sobre a atuação das Forças Armadas, que iam desde a vigilância e controle das Forças Armadas, o espaço aéreo brasileiro, o território e as águas jurisdicionais, a ameaça de forças militares altamente superiores na região da Amazônia ou a ameaça de conflito armado no Atlântico Sul e a participação em operações internas para garantir a lei e a ordem (BRASIL, 2016).

Para além destes poderes, existem outras dimensões subsidiárias que tendem a multiplicar os contextos estratégicos das Forças Armadas, obscurecendo assim as fronteiras entre as dimensões externa e interna da defesa. Estas estão relacionadas com a possibilidade de agir, também de forma preventiva ou repressiva, nas fronteiras terrestres, marítimas e de águas interiores, contra “crimes transfronteiriços e ambientais”, os quais devem ser realizados independentemente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo (BRASIL, 1999).

Em suma, da análise deste fator deduzimos que diferentes instrumentos são aplicados de acordo com as diferentes dimensões e assuntos. Essa situação motiva múltiplos significados, representações e interpretações dos conteúdos, limitações e limites entre defesa doméstica e defesa nacional na América do Sul, que têm efeitos negativos quando se trata de estabelecer acordos regionais. Em outras palavras, as divergências obrigam a uma cesta mínima de interesses comuns que dificulta a construção de modelos que possam implicar a concessão de prerrogativas nacionais a entidades regionais. No caso do CDS, uma aliança de segurança coletiva seria considerada como a perda de autonomia para atores que apoiam visões diferentes, e em alguns casos radicais, sobre a defesa (VIGEVANI e RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

Assim, embora a Política de Defesa (2005) coloque sua atenção na dimensão externa das ameaças, bem como no papel das Forças Armadas, o fato é que a Constituição confere às Forças Armadas poderes que superam o simples ato de repelir as ameaças das forças externas. Nessa linha de pensamento, a Lei Complementar Nº 97 dispõe que a ação militar para garantir “lei e ordem” pode ser a iniciativa de qualquer um dos poderes constitucionais, embora especificando que esta só deve ocorrer nos casos em que todos instrumentos destinados à preservação da ordem pública foram esgotados.

Um segundo fator que explica o apoio argentino ao fórum de consulta e coordenação de políticas está diretamente relacionado à sua estratégia de inserção internacional, representando

assim um perfil claramente polígamo. Nesse sentido, embora no decorrer de 2008, as autoridades nacionais tenham feito um movimento progressivamente explícito para priorizar o espaço sul-americano. É fato que a estrutura argentina de acordos de cooperação e mecanismos institucionais não pode ser destacada de seu apoio à configuração de um esquema enraizado em uma arquitetura mais flexível e livre de vínculos (VIGEVANI e RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

Naquela época, a Argentina estava sujeita a uma grande pluralidade de acordos e mecanismos no campo da defesa, entre os quais alguns faziam parte do denominado Sistema Interamericano de Defesa. Os acordos acima mencionados coexistiram com uma complexa rede de compromissos regionais. Além disso, houve também um grande número de acordos extra-continentais. Estar condicionado por essas redes de compromissos poligâmicos geralmente se torna tangível no campo econômico. Um ex-ministro das Relações Exteriores brasileiro ilustra essas condições explicando que a integração não é uma questão fácil na América do Sul devido ao fato de algumas nações terem acordos de livre comércio com os Estados Unidos e muitos outros países, o que torna a integração econômica um pouco limitada. Nesse caso, uma situação semelhante poderia ser retratada, a ponto de afirmar que a poligamia no campo de defesa do Estado argentino funcionava como um fator restritivo no momento de negociar a posição a ser adotada pelo CDS (VIGEVANI e RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

De fato, a proposta do CDS brasileiro não foi apresentada como um substituto para organismos globais, hemisféricos, multilaterais e bilaterais, mas como um complemento para eles. Por ocasião de sua visita a Washington, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, reuniu-se com a secretária de Estado dos Estados Unidos: “Não lhe pedi permissão, mas apenas informá-la sobre o que estávamos fazendo”. Então ele acrescentou: “O conselho não é contra ninguém”. Ele informou o resto dos países a mesma coisa, entre eles a Argentina. A ideia não era um CDS como uma instância para suprimir sua matriz de relações internacionais (VIGEVANI e RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

Esse conceito de complementaridade foi bem refletido no caso particular do sistema interamericano de segurança, onde os Estados Unidos tiveram influência histórica. Os países da América do Sul adotaram posições diferentes quando analisaram os projetos e conteúdos da segurança hemisférica ou quando tiveram que decidir criar uma instância de segurança regional sem a participação de Washington. Essa situação dependia de suas posições de curto prazo e sua reaproximação com os Estados Unidos em um determinado momento. Nos extremos, posições e iniciativas poderiam ser uma maneira de contrabalançar a influência dos EUA ou uma estratégia de dobrar os interesses de Washington (VIGEVANI e RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

Na época da criação do CDS, a Argentina passou por uma posição intermediária. Em 2009, o governo argentino expulsou o Comando Sul de seus escritórios no Ministério da Defesa e questionou a utilidade da Junta Interamericana de Defesa. Além disso, em 2010, a Ministra da Defesa, Nilda Garré, na 9ª Conferência de Ministros da Defesa das Américas, propôs iniciar um processo de reformulação do sistema de defesa hemisférico. Conforme explicado pelo representante argentino, a eventual reforma deve considerar “a existência de mecanismos sub-regionais existentes e em desenvolvimento, como no nosso caso o CDS” (VIGEVANI e RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

No entanto, mesmo quando a Argentina assumiu posições críticas em relação aos instrumentos interamericanos e reivindicou a prioridade do CDS, nunca propôs a substituição do sistema interamericano como fizeram a Bolívia, o Equador e a Venezuela. Embora o governo tenha buscado maior autonomia em relação a Washington e aos instrumentos de defesa interamericanos, durante esses tempos, concebeu o CDS como uma plataforma complementar aos acordos existentes para: a) discutir questões; b) influenciar a agenda regional; e c) contribuir para a construção de políticas públicas regionais no campo da defesa. Essa posição revisionista argentina não contestada é explicada, em grande medida, pela existência de uma matriz de vínculos internacionais fortemente comprometidos com o contexto hemisférico, tanto em nível multilateral como bilateral (VIGEVANI e RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

Os seguintes esquemas multilaterais são exemplos representativos desta declaração: a Junta Interamericana de Defesa (JID), o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), o Tratado Americano sobre Solução Pacífica, a Conferência Naval Interamericana (CNI), a Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), o Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas (SICOFAA), o Colégio Interamericano de Defesa (CID), o Comitê Jurídico Militar das Américas (COJUMA), a Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA), o Comitê de Segurança Hemisférica ou as diferentes conferências existentes, tais como as sobre Fabricação Ilícita e Tráfico de Armas de Fogo, Munições, Explosivos ou Transparência na Aquisição de Armas Convencionais. Além disso, o país já dispunha de diferentes espaços bilaterais de cooperação em defesa com atores pertencentes ao já mencionado sistema hemisférico, como os Estados Unidos e o Canadá (VIGEVANI e RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

Na época das negociações do CDS, a Argentina também se comprometera com múltiplos acordos com os países da América do Sul, tanto multilaterais - normalmente extensivos para a América Latina - quanto bilaterais. No nível multilateral, por exemplo, o país fazia parte do “2x9” para o Haiti e da Associação Latino-Americana de Centros de Treinamento

para Operações de Manutenção da Paz (ALCOPAZ). No nível bilateral, havia uma complexa rede de acordos, memorandos e tratados com outros países da América do Sul, como Bolívia, Brasil, Chile, Peru e Uruguai (VIGEVANI e RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

Além de todos os demais compromissos assumidos em nível regional e hemisférico, por volta de 2008, o Estado argentino também tinha estratégias que ligavam o país a contrapartes extracontinentais na área de acordos de defesa que estavam em vigor. Nesse contexto, o país era, entre outras coisas, um partido de regimes, acordos e conferências globais sobre controle de armas, desarmamento e não-proliferação. As responsabilidades assumidas na Carta das Nações Unidas, bem como em espaços como a Convenção de Ottawa, sobre a proibição de minas antipessoal, e a Convenção sobre Certas Armas Convencionais e Armas Pequenas e Armamento Leve ilustram o acima mencionado. Os casos da Alemanha, China, Reino Unido e França são instrumentais na percepção do grau de complexidade da qualidade poligâmica da Argentina de inserção internacional em questões de defesa (VIGEVANI e RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

Nesse sentido, presumimos que o quadro polígamo de laços internacionais supracitado condicionou a Argentina a optar pelo lançamento de um fórum de consulta e coordenação de políticas, em vez de participar de negociações que levassem à criação de um mecanismo de segurança coletiva.

Por fim, um terceiro fator que não pode ser negligenciado na tentativa de compreender a postura argentina no decorrer das negociações do CDS, e que está diretamente relacionado à sua estrutura de inserção poligâmica, é a estrutura de dependência extrarregional do sistema de defesa do país. Além disso, é difícil imaginar que o governo argentino pudesse apoiar um rígido esquema de defesa de caráter exclusivamente sul-americano quando o país estava, de fato, ligado a atores situados além dos limites dessa região. Nesta seção, assumiremos que o conceito polissêmico de dependência implica uma situação de características multidimensionais, de raízes internas e externas, que estabelece limites e restrições sobre a margem de manobra dos atores afetados (VIGEVANI e RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

Segundo Santos (2018), devido a alguns impasses ocorridos com o governo da Venezuela, no ano de 2018, Brasil, Argentina, Paraguai e Colômbia deixaram o UNASUL por tempo indeterminado.

2.6 CONSEQUÊNCIAS DE UM CONFLITO ARMADO ENTRE BRASIL E ARGENTINA

De acordo com Stuenkel (2010), após décadas de bipolaridade, o final da Guerra Fria trouxe uma fase de unipolaridade. Os Estados Unidos mantêm seu domínio em assuntos militares vinte anos depois, a primeira década do século XXI viu o aumento da multipolaridade econômica e uma fundamental mudança de poder do Ocidente para o Oriente. China, e às vezes Índia e União Europeia, são considerados os principais adversários dos Estados Unidos nas próximas décadas.

No entanto, o Brasil também recebe atenção crescente, particularmente depois que sua economia provou ser surpreendentemente resiliente durante a crise econômica em 2008 e 2009. Além disso, ampliou-se a presença do Brasil no mercado internacional. O governo brasileiro pretende obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, aumentar o seu peso no Banco Mundial e no FMI, e desempenhar um papel mais proeminente no G20 (STUENKEL, 2010).

O mais sério potencial de conflito em larga escala na América do Sul existiu historicamente entre a Argentina e o Brasil. Durante a Guerra Fria, as preocupações regionais sobre a segurança foram pronunciadas. Nacionalismo e falta de confiança entre os governos da América do Sul levou para uma corrida armamentista que culminou em tentativas da Argentina e do Brasil desenvolverem armas nucleares. Uma forma mais pragmática da abordagem da política externa levou ao Tratado de Tlatelolco (assinado em 1967, em vigor em 1969), que “desnuclearizou” a América do Sul e promoveu a redemocratização nos anos 80 e a criação do Mercosul em 1991 (Tratado de Assunção), o que completou o turno de rivalidade com a parceria. Desde então, a possibilidade de conflito armado entre a Argentina e o Brasil praticamente desapareceu (STUENKEL, 2010).

Apesar das frequentes disputas comerciais, as relações são amigáveis, e as Forças Armadas dos dois países usam frequentemente suas instalações militares. O Mercosul tem se mostrado muito útil para os argentino-brasileiros criando uma plataforma útil e oferecendo mecanismos para reduzir as tensões se surgirem problemas. O que trouxe a diminuir as chances de conflito armado entre a Argentina e o Brasil a zero não foram laços econômicos mais fortes, mas sim colaboração multi-nível que promove e ancora processos de socialização, através dos quais interesses e identidades se alinham (STUENKEL, 2010).

No entanto, enquanto o Brasil resolveu todas as suas disputas fronteiriças, continua a ser uma ameaça para o conflito interestadual na América do Sul, como todos os países da América do Sul, exceto o Brasil, têm algum tipo de disputa de fronteira com pelo menos um vizinho. Enquanto o Cone Sul resolveu a maioria dos seus problemas de segurança, na região norte do continente ainda é difícil falar sobre qualquer coisa que se pareça com uma

comunidade de segurança, e a antiga desconfiança persiste. Enquanto o conflito entre Peru e Equador surgiram em 1995, suas relações desde então têm melhorado, e a maior fonte de tensão hoje é entre a Colômbia e Venezuela. Em torno de sua fronteira comum, imigração ilegal, drogas e guerrilha são prevalentes, e alguns analistas interpretaram um recente pico nos gastos com defesa na região como uma incipiente corrida ao armamento. No entanto, nenhum dos potenciais conflitos envolve o Brasil. Nenhum dos vizinhos do Brasil tem uma razão ou a capacidade de ameaçar o Brasil, e é improvável que isso mude no futuro (STUENKEL, 2010).

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos foram os seguintes: leituras preliminares para aprofundamento do tema e definição das etapas de análise do material. Ao serem estabelecidas as bases práticas para a pesquisa, procurou-se garantir a execução da pesquisa seguindo o cronograma proposto além de propiciar a verificação das etapas de estudo.

3.1 TIPOS DE PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para a coleta de dados que foram utilizados na confecção do TCC. Esta coleta de dados foi feita de forma seletiva utilizando-se livros e artigos de bancos de dados eletrônicos que dizem respeito ao tema.

Inicialmente foram identificados trabalhos de autores como Nogueira e Messari (2005), Saraiva (2012) e Santiago (2015), os quais desenvolvem os conceitos necessários a pesquisa.

3.2 MÉTODOS

Procedemos ao levantamento dos dados bibliográficos, os quais não constarão no TCC. Foram utilizados livros e artigos que encontram-se disponíveis em bancos de dados eletrônico.

Por fim, confrontamos os dados com as hipóteses propostas, pretendendo a refutação ou corroboração das hipóteses propostas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser capaz de compreender os desafios e as oportunidades colocadas pelo ambiente externo de um país é uma condição necessária para o desenvolvimento de uma estratégia eficaz para sua inserção no mundo. Nesse sentido, a qualidade dos diagnósticos ajuda a avaliar o escopo de ação que uma nação tem em termos de seus interesses concretos de curto e longo prazo.

Isso é ainda mais válido quando os países que compartilham um espaço geográfico regional estão questionando a conveniência de trabalhar juntos, cooperando em várias frentes e integrando melhor seus sistemas de produção.

Assim, o significado estratégico de uma relação entre nações vizinhas baseia-se, em grande medida, em uma compreensão compartilhada de seus interesses mais relevantes no ambiente internacional. É esse entendimento, que exige atualização contínua para acompanhar as rápidas mudanças da realidade mundial,- que lhes permite alcançar e, eventualmente, fortalecer a articulação necessária para se relacionar e negociar com outros países, especialmente com aqueles com maior poder relativo.

Além de intensificar os esforços para desenvolver capacidades efetivas de diagnóstico sobre as mudanças que continuarão a operar no contexto internacional, há pelo menos três frentes que exigirão uma ação coordenada entre Argentina e Brasil. Por sua vez, essa ação conjunta também precisará ser orquestrada com os parceiros do Mercosul e, se possível, com outros países latino-americanos.

Normalmente, a integração regional é apresentada como um processo linear, progressivo e cumulativo, no qual os países avançam em etapas, do mais simples ao mais complexo. Podemos dizer que essa visão caracterizou os atores governamentais que participaram das negociações do CDS.

Assim, ao invés de conceber a integração como um processo que pode ser baseado em um único eixo ou vários eixos, que podem ou não implicar a transferência de soberania, e que podem assumir diferentes formas, rotas, representações e simbologias, essas perspectivas pareciam entreter o processo, a ideia de que a integração implicaria a transferência da soberania de um estado para uma organização regional. Algo que, segundo os atores envolvidos, não deve ocorrer no espaço militar.

No caso da Argentina, além da vontade que poderia ter existido para criar uma agência para unificar as concepções de defesa entre os países sul-americanos, ou para reduzir a

dependência logística extrarregional, a realidade mostrou que um esquema rígido não era um bom ponto de partida para atingir esses objetivos.

O estabelecimento de uma aliança militar, a curto prazo, exigiria uma modificação do arcabouço legal, uma reconfiguração drástica dos elos internacionais e uma reavaliação das aquisições de armas, historicamente ligadas a países extrarregionais. Além disso, a maneira pela qual o CDS foi negociado não permitia moldar o esquema rígido em tão pouco tempo. Nesse caso, teria sido necessário incluir outros atores que estavam ausentes nas negociações, como altos oficiais militares, membros do Congresso e outros representantes do governo, não apenas o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores. .

O aspecto interessante dessa questão é que, a longo prazo, o processo iniciado no CDS é apenas uma expressão da forma multidimensional adotada pela Unasul. No entanto, embora as divergências internas no contexto regional não tenham impedido o Tratado Constitutivo da Unasul de propor a necessidade de construir um espaço de união e integração, as divergências normativas existentes se relacionam com os marcos de inserção internacional em matéria de defesa, ou em relação à extradição de estruturas regionais de dependência, pareciam ter um impacto direto sobre a política estadual argentina, bem como sobre a maioria dos países da região, nomeadamente, apoiando o fórum de consulta e cooperação (com todas as suas características distintivas) e excluindo a palavra “integração”.

No ano de 2018 Brasil e Argentina, juntamente com mais dois países deixaram o UNASUL por tempo indeterminado.

As pesquisas comprovam que o Brasil é o país mais bem armado militarmente e, por não haverem conflitos com seus vizinhos, dificilmente será possível uma guerra entre os dois países. Atualmente os esforços políticos têm sido fundamentais para a prevalência da paz entre esses dois países.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Ministerio de Defensa. Armada Argentina. **Buques Multipropósito**. Disponível em: <www.ara.mil.ar/pag.asp?idItem=297>. Acesso em: 15 maio 2019.

_____. **Ley N° 23.554**. Defensa Nacional. Principios básicos. Finalidad y estructura del sistema. Organización de las Fuerzas Armadas. Servicio de Defensa Nacional. Organización Territorial y Movilización. Disposiciones generales y transitorias. Disponível em: <www.infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/20988/texact.htm>. Acesso em: 15 maio 2019.

_____. **Ley N° 24.059**. Seguridad Interior. Principios Básicos. Sistema de Seguridad Interior. Finalidad, Estructura, Órganos, Misiones y Funciones. Cuerpos Policiales y Fuerzas de Seguridad del Estado Nacional. Empleo de los Cuerpos Policiales y Fuerzas de Seguridad. Disponível em: <www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/458/norma.htm>. Acesso em: 15 maio 2019.

_____. **Decreto 727/2006**. Reglamentación de la Ley N° 23.554. Principios Básicos. Competencia del Consejo de Defensa Nacional. Atribuciones del Ministerio de Defensa. Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas. Fuerzas Armadas. Disposiciones Complementarias”. Disponível em: <www.mindef.gov.ar/intitucional/marco_legal/decreto-727-2006.html>. Acesso em: 15 maio 2019.

BANDEIRA, Moniz. Conflito e Integração na América do Sul. Brasil, Argentina e Estados Unidos. Da Tríplice Aliança ao Mercosul – 1870-2003. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

CANDEAS, A. W. Relações Brasil-Argentina: uma análise de avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.48, 2005.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SANTIAGO, E. **Relações entre Brasil e Argentina**. Disponível em: <www.infoescola.com/geografia/relacoes-entre-brasil-e-argentina/>. Acesso em: 10 maio 2019.

SARAIVA, Miriam Gomes. Encontros e Desencontros. O lugar da Argentina na política externa brasileira. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

SCHMIDT, F. **Relações entre Brasil e Argentina**: da rivalidade à cooperação. Disponível em: <www.periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/515>. Acesso em: 12 maio 2019.

STUENKEL, O. **Strategic international threats surrounding Brazil**. Disponível em: <www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=a30f132c-5cdd-f081-72ab-320dd9999ba6&groupId=252038>. Acesso em: 18 maio 2019.

VENEZUELA. **Organic Law of the Bolivarian Armed Force, 2008**. Disponível em: <www.resdal.org/atlas/venezuela-lofan.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

VIGEVANI, T.; RAMANZINI JUNIOR, H. **Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul.** Uma análise considerando a posição do Brasil. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115349>>. Acesso em: 15 maio 2019.